A POPULAÇÃO DE VILA CAIZ ENTRE 1775 E 1799

Contributos Monográficos

Introdução

O estudo do presente período (1775 a 1799) não obedeceu a nenhum desígnio, ou capricho, especial.
Estudou-se este lapso como podia ter-se estudado outro qualquer; os dados estão disponíveis e abarcam o período que vai dos alvores do século XVI até ao final do século XIX.
No caso vertente, está-se ainda bem dentro do *Antigo Regime*, que se baliza entre 1609 e 1806 e se caracteriza, *grosso modo*, por enformar uma sociedade ruralizada, muito dependente da agricultura e onde a Igreja se apresenta omnipresente e impõe visivelmente a sua influência.
Abarca ainda dois reinados: o do Rei D. José (e do seu Ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, *o Marquês do Pombal)* e o de D. Maria I, a *Piedosa*.
Neste período ocorreu a independência do que viriam a ser os Estados Unidos da América, em 1776; o Brasil seria ainda colónia portuguesa, até 1822 e integrava, como colónia, *«esse imenso Portugal»;* em 1789 iniciava-se a Revolução Francesa – a da Igualdade, Liberdade e Fraternidade. A população mundial atingiu, pela primeira vez um bilião (mil milhões) de pessoas; Em

Portugal éramos cerca de três milhões; Vila Caiz contava cerca de 500 pessoas.[1]
Portugal, o mundo e Vila Caiz, obviamente, eram então outros.
O presente estudo é um contributo, modesto embora, para um conhecimento do que foi a freguesia há mais de dois séculos. E não se tratando apenas de um caso de mera curiosidade, ele permitirá também perspectivar o devir histórico.

[1] A população mundial é hoje de 7 biliões; em Portugal é de 10, 6 milhões; a de Vila Caiz é de 3.053 pessoas. É curioso comparar as três grandezas nos últimos 212 anos, Constata-se que o crescimento da população de Vila Caiz acompanhou, proporcionalmente o da população mundial.

CAP. I

OS REGISTOS PAROQUIAIS DO BAPTISMO

O presente estudo teve por base fundamental os Registos de Baptismo da freguesia de Vila Caiz, lavrados em livro próprio pelo pároco ou pelo seu coadjutor na freguesia. Tais livros foram, em boa hora, devidamente acautelados e encontram-se agora devidamente catalogados e guardados no Arquivo Distrital do Porto, constituindo, juntamente com os registos de casamento e óbito, um verdadeiro manancial de informações em vários domínios. Com efeito, esses registos contribuem de forma importante para o estudo da história local. Fornecem informações preciosas sobre os usos e costumes, o direito, as mentalidades, a religião, a hagiografia, a demografia, a economia, a toponímia, a genealogia e outras áreas do saber, cuja análise ponderada e especializada há-de concorrer, também, para um melhor conhecimento da História de Portugal.

Há, pois, desde logo que reconhecer a importância que a Igreja portuguesa teve nesse papel e cuja preocupação vem, pelo menos, dos alvores do Sec. XVI; com efeito, a Constituição Diocesana de 1536, determinava que em cada Igreja Paroquial houvesse um livro no qual fosse efectuado o baptismo, fazendo-se menção do nome do Pároco que presidia ao sacramento, da data da sua realização, nome do baptizando, de seus pais, avós e padrinhos, bem como o local de nascimento. Porém, só a partir do Concílio de Trento (1545 a 1563, no Pontificado do Papa Paulo III) se vulgarizou tal prática.

No século XIX estabeleceram-se as regras do registo paroquial entre a Igreja e o Estado, ou seja, entre o poder eclesiástico e o poder civil. O Decreto de 26 de Novembro de 1830 impunha que cada paróquia tivesse um registo exacto de cada casamento, nascimento e óbito; mas tal Decreto, como muitos outros em Portugal, não chegou a ter execução. O Decreto 23 de 16 de

Março de 1832 ordenava o registo de nascimento feito por funcionários civis; mas tal Decreto também não chegou a ser implementado.
Só os Decretos de 19 de Agosto e de 2 de Abril de 1862 vieram a efectivar-se, bem como o Código Civil de 1887, nos seus artigos 2445 e seguintes.
Resta referir que os chamados assentos de baptismo paroquiais (os de Vila Caiz e de outras freguesias) podem ser consultados no aludido Arquivo Distrital do Porto, ou *on line*, via Internet.

CAPÍTULO II

NASCIMENTOS

A) GÉNERO, NÚMERO E ANO

Entre 1775 e 1799 e, portanto, em vinte e cinco anos, nasceram em Vila Caiz 313 pessoas, o que perfaz uma média superior a doze por cada ano.

Dessas, 160 foram do sexo feminino e 153 do sexo masculino. Pese embora o relativo equilíbrio de géneros aqui se verifica, desde logo, um facto que contraria o que habitualmente sucede que é o de, como confirmam estudos demográficos - nacionais e estrangeiros - nascerem mais indivíduos do sexo masculino que do feminino[2], fenómeno que a biologia e a genética hoje explicam.[3]

O ano de 1798 foi o mais prolífero de todos em matéria de nascimentos, tendo ocorrido o total de vinte e três, sendo que treze foram do sexo masculino e dez do sexo feminino.

Em todo o caso, pode afirmar-se um crescimento moderado, ao longo desse de vinte e seis anos, ainda que de forma irregular, sendo que na última década (80-90) o número de nascimentos não seja inferior a 15 por ano, com excepção do ano de 1796 que foi de apenas nove.

Quadro por ano e sexo:

1775	10	(2 M /8 F)
1776	12	(5+7)
1777	3	(2+1)
1778	12	(5+7)

[2] Em Portugal a proporção de nascimentos é de 105 varões para 100 do sexo feminino.

[3] Uma das teses é a de que o espermatozóide que carrega o cromossoma Y, o qual determina o género masculino, tem maior mobilidade.

1779	10	(3+7)
1780	10	(3+7)
1781	14	(7+7)
1782	9	(4+5)
1783	11	(5+6)
1784	9	(6+3)
1785	13	(8+5)
1786	9	(2+7)
1787	11	(3+8)
1788	11	(8+3)
1789	11	(6+5)
1790	15	(8+7)
1791	9	(4+5)
1792	13	(7+6)
1793	16	(8+8)
1794	20	(13+7)
1795	18	(10+8)
1796	9	(3+6)
1797	20	(10+10)
1798	23	(13+9)
1799	15	(8+7)

A análise do quadro mostra, pois, uma certa estabilidade nos nascimentos em cada ano, ressaltando o caso excepcional de 1777, em que nasceram apenas dois rapazes e uma rapariga.

Por essa altura a população de Vila Caiz devia rondar os quinhentos habitantes, como se disse já, a crer na informação das *Memórias Paroquiais de 1758*, relativas a Vila Caiz porquanto ali se refere serem trezentas e noventa as pessoas que constavam do rol de confessados (estando, por isso, daí excluídas as pessoas com menos de 8 anos); e de serem cento e trinta os *vizinhos*, expressão esta que deve equivaler a «fogo».[4]. Reforça aquele número a existência de 140 fogos à data de 1835.[5]

A idade para se poder casar (*idade núbil*), que era de vinte e cinco anos à altura anos, para ambos os sexos, não favorecia o nascimento de filhos, razão última e finalidade do casamento à luz

[4] José Matoso (história de Portugal) dá como factor 3.8 pessoas, para cada fogo.
[5] Cfr Vila Caiz –Monografia de Eliseu Pinto.

da doutrina católica, que então merecia grande aceitação e prática entre a população. O casamento, antes dessa idade, necessitava de consentimento dos pais e excepcionalmente podia ser suprido por decisão judicial. Mesmo depois dos vinte e cinco anos, a Igreja aconselhava a que, por respeito, os noivos continuassem a pedir o consentimento dos pais. A determinação foi tão longe que se chegou a proibir o casamento em caso de estupro com receio de que o mesmo estupro fosse simulado por ambos com vista ao casamento.[6]

A dispensa do cumprimento do serviço militar por parte de homens casados terá sido a principal razão para só se permitir o casamento em idade tão elevada.

Como consequência de tudo, havia também um elevado número de celibatárias no país, que em nada favorecia a procriação. (*J.Mattoso, História de Portugal vol IV*). Isso mesmo veremos no capítulo da «fertilidade».

B)
POR LUGARES

Tais nascimentos estão assim distribuídos por Lugares:

Vilarinho ---------- 57
Coura--- ---------- 46
Aldeia Nova ----------30
Esporões----------18
Cimo de Vila----------16
Carvalhal----------16
Oliveiras----------13
Outeiro----------13

[6] Durante muitos anos em Portugal, o estuprador ficava dispensado da pena crime se casasse com a estuprada. Ou dito de outro modo, a pena, em si, consistia já em ser aquele obrigado a casar com a estuprada. Nesse sentido, reproduzimos parte de uma sentença judicial proferida em Beja, em 1771: «*Vistos os autos, se prova que, indo a autora para a fonte, lhe saiu ao encontro o réu e, levantando-lhe o faldistério lhe encaixou o pífaro leiteiro no vaso natural e esgravatando ficou consumada a desfloração. Portanto, condeno o réu a que pague as custas e selos e receba a môça e o absolvo da garras da lei.Beja, 25 de Novembro de 1771.O juiz: Doutor Manuel da Costa Silva Araújo*»

Vinha----------12
Quebrada----------10[7]
Cruzeiro----------10
Carreira----------8
Outeirinho----------5
Tapado----------5
Lage----------4
Porqueira----------1
Tures----------3
Quinta da Pena ou Lugar da Pena----------3
Giestosa (Gestosa ou Algestosa)----------2
Sedão----------1

Total 273

C) MESES DE MAIOR PERCENTAGEM (%) DE NASCIMENTOS

Observa-se uma curiosa distribuição, sem grandes discrepâncias ao longo do ano.
Outubro é, porém, o mês de mais nascimentos -35-, mas seguem-se logo Setembro, Novembro e Dezembro com 29 nascimentos. O mês de Junho, com dezassete nascimentos, foi o mês em que nasceram menos crianças, logo seguido do mês de Abril, com 19.

D)A FERTILIDADE

Como acima dissemos, o requisito da idade de vinte e cinco anos para casar, imposta a ambos os sexos, limite que não encontra paralelo na nossa história, por tão elevado, determinava, posto

[7] A referência a este lugar far-se-á adiante, no capítulo dos «Topónimos».

que a procriação antes do casamento era social e moralmente condenável, a redução drástica de grande parte do tempo de vida fértil nas mulheres. Razão pela qual se não acham, salvo raras excepções, famílias numerosas.
Encontramos alguns casais, posto que poucos, com cinco e seis filhos, Um desses casais teve quadrigémeos, nascidos em Coura, mas falecidos todos no mesmo dia.
Há mais três casos de um casal de gémeos nascidos entre 1775 e 1779.
Os mais prolíferos dos casais, porém, foram João do Couto, de Coura, que com sua mulher fez jus ao nome, havendo oito filhos; Tomás Marques e Teresa Maria tiveram, (nesse período) sete filhos. Igual número teve o casal Luís Silveira e Ana Maria, entre 1781 e 1798. Por curiosidade, ambas as progenitoras (Teresa Maria e Ana Maria) eram filhas de Jerónimo Pereira e de sua mulher Angélica Maria, pelo que estes avós tiveram daquelas duas filhas o equivalente a pelo menos catorze netos.
O caso deste patriarca (Jerónimo Pereira) fornece informações curiosas relativamente ao seu modo de vida ao longo do período de nascimento de seus netos e bem assim às quintas agrícolas que habitou: Laje, Esporões, Oliveiras e Esporões, de novo.
As sobreditas filhas e genros, igualmente agricultores, são dado como habitando as referidas quintas, com predomínio para a dos Esporões e a das Oliveiras.

CAP. III

A ECONOMIA

A distribuição dos nascimentos por lugares mostra claramente que o número era desigual e é possível inferir, consequentemente, que aqueles com maior número de nascimentos eram os dos lugares das melhores e mais férteis terras agrícolas.

Ressalta desde logo o caso de Vilarinho, lugar junto ao Tâmega, de terras férteis, abundantes águas e de vários moinhos a sublinhar intensa ocupação dos solos. Os nascimentos aí representam 20,87 % já que ali nasceram, nesse período, cinquenta e sete pessoas, para um total de duzentos e setenta e três indivíduos, porquanto como se disse, se ignora o local de nascimento dos restantes quarenta.

Segue-se Coura, mais a norte, mas que com aquele lugar confina, representando, com 46 nascimentos, 16,84% (46:273); a meia encosta é ainda hoje constituída de férteis terras essencialmente destinadas a fins agrícolas. Depois, Aldeia Nova com 10,98 % dos nascimentos. Mas tal economia é ainda visível nos nascimentos ocorridos nas quintas agrícolas, então de primordial importância e de que se destacam a antiquíssima dos Esporões com 6,59%, a de Cimo de Vila (5,86%); a das Oliveiras (4.76%) e a da Vinha (4,39%). O Carvalhal representa 5.86% e o Lugar do Outeiro 4.76%.

Da análise geográfica constata-se que os lugares de Vilarinho e Coura (contíguos entre si e a nascente da freguesia, sobranceiros ao Tâmega), Aldeia Nova (a meia encosta e em zona intermédia) e o Carvalhal e Outeiro, a poente da freguesia são os lugares mais representativos.

Mas as quintas, enquanto espaço quase em exclusivo destinadas à agricultura, apresentam um peso considerável enquanto local de nascimento; de facto, se somarmos àquelas, a da Carreira, Gestosa, Outeirinho, Tapado e Laje, Tures e Pena, temos que as quintas representam mais de um terço da população nascida em Vila Caiz naquele período.

Curioso é que no que concerne à Quinta da Pena, fértil, de abundantes águas, apenas hajam nascido, naqueles 25 anos, três pessoas; o que indicia já provavelmente o abandono em que ainda se encontrava em 1721, segundo a notícia de Francisco Craesbaek (*«muito danificada» in Memórias Ressuscitadas de Entre Doiro e Minho)*, estado em que permanecia ainda em 1855, com o seu palacete parcialmente em ruínas, segundo o testemunho de Pinho Leal. O mesmo se diga quanto à *Porqueira*, em cujo lugar nasceu uma única pessoa, a contrastar com a importância que tal Lugar havia tido por volta de 1500; nas proximidades da Casa do «Senhor da Terra»[8], a Porqueira era a mais tributada de todas, conforme resulta do foral de Vila Caiz de 1513. Mas aí se atesta já a importância de outros Lugares: Vilarinho, Coura, Esporões, Outeiro, Laje, Cimo de Vila e Pena. E não são referidos, em 1513, o lugar de Aldeia Nova, Belmonte, Senhora da Graça, Carvalhal…

Conclui-se, assim, que a economia da freguesia girava à volta da agricultura e das profissões com ela conexas («ramadistas», «sairreiros», tanoeiros, moleiros).

Porém, cerca de trezentos anos após (1819), já os prédios do lugares de Aldeia Nova e Carvalhal são tributados em Décima, sendo o lugar de Aldeia Nova o que mais prédios tem, com um total de vinte e oito.

A origem de novos lugares deve-se ao crescimento moderado da população e, também, ao cultivo do vinho[9]. Pelo que

[8] Dono ou Senhor da Terra que, por essa altura, era Gomes da Silveira –e depois os seus sucessores, por mais de um século - por a haver comprado por cento e vinte mil reis a Aires Gomes da Silva e a sua mulher, Guiomar de Castro, por escritura de dez de Setembro de 1496.

[9]. Pese embora isso, há indícios e mesmo notícia do cultivo da vinha desde o período lusitano-romano (cfr lagar no Monte das Costeiras e as Inquirições Afonsinas de 1258, que referem a obrigação de um casal pagar ao rei, em cada ano, um almude de vinho e, no caso de Pacinhos, dois casais pagavam uma quinta parte do vinho ao rei, de

somos levados a concluir, que este cultivo não veio ocupar os terrenos lavradios mas, sobretudo, os de meia encosta em terrenos antes de matos, às vezes entre os fraguedos, em consequência do que ocorre a criação de novos lugares.

uma vinhas que tinham junto ao Tâmega, perto do Gondeiro; neste caso a plantação era recente, pois a testemunha, João Eanes, lembrava-se ainda que antes de terem sido plantadas essas vinhas, os tais casais pagavam uma terça parte dos frutos aí colhidos.

CAP IV

OS TOPÓNIMOS

Os nascimentos registados deixam perceber que todos os topónimos referidos se mantêm ainda hoje, com excepção da Quebrada, Sedão e Cuscos; o primeiro (Quebrada) teve importância significativa a avaliar pelos números de nascimentos ali ocorridos (10). De todos se desconhece, hoje, a localização exacta.[10]

Por outro lado constata-se que nenhum nascimento ocorreu em vinte e cinco anos nos lugares de Belmonte (se excepcionarmos a Giestosa que hoje o integra) e da Senhora da Graça. Trata-se de dois lugares, a norte, a cotas mais elevadas (entre os 300 e os 600 m acima do nível do mar) montanhosos e rochosos de poucas (ou nenhumas) terras (até aí) aráveis. E não o sendo a população não se fixava, o que evidentemente contrasta com a situação actual, num e noutro lugar, hoje bastante populosos. Em meados do século XX não havia mais que uma dúzia de casas na Senhora da Graça e, mesmo a maioria dessas, foram mandadas construir pela Igreja, a quem ainda pertencem, no tempo do Padre António da Silva Monteiro (abade de Vila Caiz entre 1941 e 1978).

Mas os registos de baptismo, dão notícia de outros lugares em Vila Caiz e fora dela.

[10] O nosso amigo e ex Presidente da Junta de Vila Caiz, senhor Luís Teixeira Ricardo, informou-me parecer ter ouvido referir esse lugar como situado entre as Quintas da Carreira e da Fonte. O local em socalco, condiz, de facto com o topónimo; em todo caso seria interessante determinar esse Lugar, o que me não possível mesmo ouvindo as pessoas mais velhas.

No caso de Vila Caiz são ainda referidos os lugares da Fonte e da Portela, Lugar Novo, Carvalheira, Ametade, Fundo da Aldeia Nova, Solheira (Pacinhos, então freguesia). De fora da freguesia, há referências, com mais ou menos regularidade a Fregim, Toutosa, S. Veríssimo, Vila Boa de Quires, Castelões, Carvalhosa, Santa Eulália, Guilhufe, Ataíde, Santo Isidoro, Linhares de S. Mamede, Cortiços (Miranda), Guilhufe, Ataíde, Várzea, Folgoso (Salvador do Monte) S. Paio da Portela, Banho e Pidre, Madalena (Gestaçô) – onde abundavam os Serafins e Serafinas os quais ainda hoje por lá marcam presença), Sobretâmega, Vilar do Torno (Lousada) Valdigem (Lamego) Várzea, Telões, Gonçalo (Amarante) S. Bartolomeu do Rego em Celorico de Basto, Pidre, Mancelos, S. Paio da Portela, Canavezes, Tojal (em Toutosa). Tais referências fazem-se normalmente por ser a freguesia ou lugar de origem dos pais ou dos avós ou mesmo dos padrinhos do baptizando. O lugar de Rodas (Toutosa) aparece várias vezes referido por ser o da residência da «*Rosa de Rodas»,* a «parteira» da região e que muitas vezes interveio como «madrinha» nos muitos baptismos de urgência, por perigo de vida das crianças.

Há referências preciosas, a casas importantes na Região: Casa de Além, em Santo Isidoro, a do Ribeiro, na Livração, a qual habitava, por essa altura, o Capitão-Mor António Vasconcellos pai de Bento Correia, mais tarde ele próprio Capitão-Mor de Santa Cruz de Ribatâmega.

CAP. V

NOMES e SOBRENOMES

Os nomes próprios indiciam a influência acentuada da Igreja Católica, sobretudo no que concerne às suas figuras maiores.

Entre os homens são dominantes, e rivalizam em número, «José», «Manuel», «António». São ainda frequentes os "João".

Mas encontramos ainda um Libório, Jacob (Exposto na Roda a quem o Padre que o baptizou escolheu o nome), um "Benâncio" (Venâncio), um Floriano e um Florêncio.

O que não há são, Marcos, Mários e Brunos.

Os femininos oferecem uma maior variedade. São frequentes – notoriamente pela mesma razão religiosa – as "Marias" as "Anas" as "Joaquinas". Mas há também muitas "Rosas", "Joanas"e algumas "Tomásias".

As Josefas (nome hoje praticamente extinto) são em elevado número e aparecem associados sob as mais diversas formas: Maria Josefa, Josefa Maria, Ana Josefa, Josefa Joaquina, Ana Joaquina Josefa. [11]

As Quitérias e as Rosas abundavam.

Mas também não faltam entre elas os nomes menos comuns: Leocádia, Cesária, Emerenciana, Maria Enjeitada (estigma do abndono, Engrácia, Angélica, Maurícia, Genoveva, Vicência, Felícia, Constança, Violante, Inácia, Teodora e até uma Esclectica Caetana.

O que não havia eram Carlas, Vanessas, Tânias, Vânias…

Também no que diz respeito aos sobrenomes se deparam algumas surpresas. Há os que se perpetuaram na freguesia e outros que se extinguiram. Por outro lado, existem hoje (2012) na freguesia muitos "Ferraz" aos quais não há referência naquele período. O mesmo vale dizer para o caso dos "Saraiva" e dos «Martins»; há apenas a menção a um «Ferreira», e a um «Lopes» (de Vilarinho) .

Pelo contrário, à semelhança do que ainda hoje sucede, eram numerosos os da família «Ribeiro», sobretudo em Vilarinho. Muitíssimos eram também os "Pinto" sobretudo em Vilarinho e em Coura. De facto, «Pinto» que nascesse ou era de Vilarinho ou de Coura. Muitos eram os «Coelho» (sobretudo em Aldeia Nova), os «Castro», sobretudo em Coura, bem como os «Monteiro»; numerosos eram também os «Teixeira» (sobretudo os Teixeira Pinto) e os «Pereira» em Aldeia Nova e no Cruzeiro; os «Sousa»

[11] Em 1792-05.20 nasceu no Carvalhal uma criança a que puseram o nome de Josefa. A mãe era Ana Josefa. A avó materna Maria Josefa e a Madrinha – adivinhe-se – Josefa Rosa. E nesse mesmo ano em 9 de Setembro, nasceu na Laje uma criança filha de Maria Josefa , neta materna de Maria Josefa Pereira (de Aldeia Nova) e paterna de Josefa Ribeira.

os «Silveira» e os «Carvalho» eram também frequentes por toda a freguesia.

Também referenciados, embora menos, são os «Barbosa» (ou Barbosa de Magalhães) da Casa de Cimo de Vila, cuja titularidade merece um capítulo à parte pelas suas particularidades.

Não significa isso que possa dizer-se, com toda a segurança, que não existissem outros sobrenomes; pode dar-se o caso de no espaço de uma geração não ter nascido ninguém dessas famílias. É elucidativo a este propósito e que são ainda algumas vezes referenciados os «Almeida» (quase todos de Vilarinho), o "Cerqueira» e o Couto)[12] , os Menezes (também de Cimo de Vila), aparecendo com alguma frequência os Marinho, Moutinho e Marques, Oliveira, Peixoto e Pinheiro.

Hoje relativamente frequentes, não há referência alguma relativamente aos «Ricardo».

Dos «Esteves», verifica-se o nascimento de uma Ana nos Esporões, neta materna de Manuel Fernando Esteves e de sua mulher Marcelina Luísa, ambos do Carvalhal, também eles nascidos em Vila Caiz.

Sabemos, no entanto, que aquele patriarca, Manuel Fernando Esteves, teve da sua mulher pelo menos três filhas: a Maria Josefa (mãe da referida Ana), e mais duas (Ana e Caetana) que serviam como madrinhas em vários baptizados. E tiveram pelo menos sete netos da sua sobredita filha, Maria Josefa, e pelo menos um de sua filha Ana.

CAP. VI

OS FILHOS DE PAIS INCÓGNITOS; OS ABANDONADOS, ENJEITADOS OU EXPOSTOS NA RODA

---

[12] Estes Couto são, muito provavelmente, ascendentes do grande escritor de língua portuguesa Mia Couto (António Emílio Leite Couto) nascido em Moçambique em 5.71955, filho do poeta e homem de letras poeta Fernando Couto, radicado desde meados do sec. XX na década em Moçambique e neto paterno de António Luís Couto, nascido em Vila Caiz em 12.12.1843; bisneto de Florinda Rosa Couto, nascido na Giestosa, em 1.2.1858 e falecida em 18.11.1942; trineto de Joaquim Pinto Couto. Tetraneto de João Couto, também ele da Giestosa, em Vila Caiz.

Os únicos «Vieira» referidos são uma Joaquina nascida em Coura em 23.5.1787 filho de João Magalhães e de Ana Tomásia Pinto, neta paterna de Francisco Vieira Vasconcelos de S. João do Grilo e Carvalhosa (Bispado de Braga) .e um António Vieira Mota casado com Ângela Maria, ambos de Salvador de Tabuado e cuja filha, Josefa Mari,a tiveram em 9 de Dezembro de 1795, no Cruzeiro, em Vila Caiz

A) INCÓGNITOS

Tratamos neste capítulo das crianças nascidas sem que fosse conhecida a identificação dos progenitores. Na maioria dos casos (senão na totalidade), era a identidade do pai que não era desvendada, pelo menos oficialmente. Tratava-se de crianças oriundas das mais diversas situações: das relações incestuosas ou adulterinas (à época o adultério era crime); de violações ou de mero relacionamento casual ou simplesmente em que o progenitor se recusava a assumir a assumir a paternidade; ou porque era mesmo impossível determinar o progenitor.

Em todos esses casos, o clérigo fazia constar do assento de baptismo o nome de da mãe da criança e dos avós maternos, fazendo constar da mesma que era filho(a) de pai e de avós paternos incógnitos.[13]

No caso de Vila Caiz, constatamos um número considerável de casos desses.

Há situações em que a progenitora com filhos de pai incógnito é também ela própria filha de pai incógnito ou até desconhecedora de toda a sua ascendência, no caso de se tratar de Enjeitada.

No período estudado encontramos 13 casos de filhos (as) de pais incógnitos.

Ora isso representa uma percentagem de 4,15% relativamente a todos os nascimentos ocorridos entre 1775 e 1800.

Apesar de tudo, no caso dos ilegítimos, não se rompia completamente o laço familiar uma vez que a criança era assumida pela mãe.

Foram filhos de pai incógnito nesse período já longínquo: Tomás (da Vinha, nome que perdurou até há pouco tempo no titular da casa da Vinha, D. Tomás, ignorando-se se há parentesco com aquele homónimo), Estêvão (Aldeia Nova), Domingos (Tapado), Adriano (Esporões), Joana, (Outeirinho), Clidónia,

---

9- Na sequência do 25 de Abril de 74 institui-se a obrigatoriedade da identificação oficiosa da paternidade (e maternidade)

Maurícia, Eufémia, Venâncio, Maria Joaquina, Magdalena, Maria e José.

B)ABANDONADOS, ENJEITADOS OU EXPOSTOS NA RODA

No caso de Vila Caiz verificam-se um total de dez Enjeitados ou Expostos, o que corresponde a 2,7% dos nascimentos, sendo que duas dessas crianças passaram um pela *Roda,* em Penafiel, e outro na Roda do Porto; os restantes foram colocados à porta de vizinhos, ou mesmo fora da freguesia, na esperança de que pudessem sobreviver e serem mais tarde reclamados pelos pais, habitualmente a mãe.

De facto, tais crianças eram deixadas com sinais distintivos que serviam para mais tarde serem reclamados pelos pais ou parentes – pagando à Fazenda as despesas com eles havidos. Por isso, ás vezes, faziam-se acompanhar de bilhetes, informando se tinha sido «*enxofrado»,* qual o nome que lhe havia sido posto ou o nome que desejavam para o abandonado, e num caso até, fazendo questão de pedir que a «tratassem bem».

Foram enjeitadas em Vila Caiz, nesse período, entre outras, as seguintes crianças:

1777 – Maria Enjeitada, exposta às portas de Manuel António Marques do lugar do Pinheiro em S. Pedro de Ataíde, aos 8.7.75.*"O registo foi feito com base num traslado que me apresentou Luísa, solteira, de Vilarinho de seu filho que expôs e tornou a recolher*», menciona o pároco.

Verifica-se que esta mãe apresentou a registo baptismal na freguesia de Vila Caiz um filho que abandonara há cerca de cinco anos (faria cinco anos no dia seguinte).

1781- a)Uma menina que apareceu à porta de José Pinto, em Vilarinho.

b) Em Novembro de 1781 o pároco faz o registo de Maria Ermelinda Teixeira de Magalhães e Lacerda (o nome

indicia «*nobreza*» de nascimento), exposta sem ir à Roda e moradora em Vila Real.

1788- Uma criança a quem foi posto o nome de João.

A criança trazia, segundo o registo, os seguintes "*sinais*": "*uma camisa de linho… e um pano branco de estopa e uma liga vermelha matizada de várias cores"*.

30.05.1791 – "*Exposto à porta de João Monteiro de Coura, num pano de baeta preto velho e dois paninhos de linho… e um escrito em cédula que dizia o seguinte: foi enxofrado com o nome de Joaquim e nasceu a 28 de Maio."*

Foi baptizado sob condição».

24 de Dezembro de 1798 – Exposto na Carreira, à porta de António José e foi-lhe posto o nome de Urbano.

1799 – "*Exposto à porta de José Queirós, de Aldeia Nova com os cueirinhos seguintes: uma camisinha de linho já velha com fitinha azul… um pano já velho de fita azul, um rosário de contas grandes, a quem foi posto o nome de Luís».*

30.07.1799 – Maria, que veio da Roda do Porto.

Como se vê, nalguns casos, o nome vinha já indicado pelos progenitores. Noutros, tal tarefa cabia ao pároco, no acto de baptismo.

CAP VII
OUTROS DADOS SÓCIO-RELIGIOSOS

A) Os baptismos

Segundo o costume e as antigas Constituições Diocesanas, o baptismo devia ocorrer nos oito dias subsequentes ao nascimento e ser realizado por clérigo; *per immersionem* (fazendo submergir a cabeça da criança na água da pia baptismal) e não *per*

infusionem (derramando água sobre a cabeça, como hoje sucede), sob pena de suspensão do Clérigo. No sacramento (um dos mais importantes da Igreja católica) deviam estar presentes duas testemunhas (padrinhos e madrinhas).

Excepcionalmente, em caso de perigo de vida, a criança podia ser baptizada no lugar do nascimento, ou onde se encontrasse; e podia sê-lo «*por homem leigo e, não havendo homem, mulher, e onde não houvesse homem ou mulher cristãos, podia ministrar qualquer infiel, guardando a forma da Igreja e dizendo as palavras certas – in Breve de D. Diogo de Sousa, Bispo do Porto*; se a criança não falecesse, o acto era analisado posteriormente pelo pároco, validando o baptismo ou, em caso de dúvida, batizando-a *sub conditione.*

No caso de Vila Caiz, verifica-se em quase todas as famílias o respeito pelo prazo de oito dias, apresentando a criança na Igreja para ser sujeita a tal sacramento, mesmo, e por via de regra nos «dias de fazer». Frequentemente, o baptismo ocorria no dia seguinte ao do nascimento, ou dois ou três dias após.

As excepções verificam-se relativamente às crianças nascidas na Casa de Cimo de Vila, o que indicia um tratamento desigual. Talvez o facto se explique, à luz desse tempo, pela importância da Casa, já revelado pelo título honorífico de «*Dona*» que precedia o nome da baptizanda, importância essa de que noutro capítulo falaremos.Com efeito, todas as crianças do sexo feminino ali nascidas, vêm mencionadas com o título de «Dona», o que não sucedia em nenhum outro caso. Talvez o atraso se justificasse, também, pela necessidade da escolha de padrinhos que importava, então, serem de estatuto social similar. Assim é o caso dos baptismos dos pelo menos seis filhos de Caetano José Barbosa, de Cimo de Vila. Nesse caso, todos os baptismos se realizaram para além dos oito dias, tendo sido padrinhos destes os eclesiásticos da «Casa», o capitão mor do concelho ou os filhos deste.

Há outras excepções, posto que raras. Um neto de Jerónimo Coelho, filho de Agostinho Jerónimo Coelho, tendo nascido a 19 de Abril só foi baptizado a 17 de Maio: é que a madrinha, D. Luísa Lemos da Silva, de Cortiços, no Bispado de Bragança, fez-

se representar por procuração. E esta deve ter demorado a elaborar e a chegar.

Há um outro caso singular: a 29 de Novembro de 1791 foi baptizada por determinação do Provisor, Maria Ermelinda Teixeira de Magalhães e Lacerda, já acima referenciada como exposta, moradora em Vila Real, quando já era maior de idade. Porque terá sido baptizada em Vila Caiz?

Dada a elevada taxa de mortalidade infantil, são bastantes os baptismos realizados *in periculum mortis*, ou de urgência, em virtude do risco de morte; em Vila Caiz verificamos 21 casos, o que corresponde a 6,7% do total de nascimentos. É por estes destes baptizados urgentes que sabemos ter sido parteira a referida Rosa de Rodas, assim chamada por ser residente no lugar de Rodas em Toutosa, Marco de Canavezes. A alta taxa de mortalidade infantil perdurou por muitos mais anos e se não temos dados para o período estudado, sabemos que, cerca de 100 anos após, (em 1896) a percentagem de crianças que não ultrapassaram os dez anos de idade, em Vila Caiz, foi de 10%.

Em 1960 a mortalidade infantil (com crianças até a um ano de idade) atingia o valor de 77,5‰, (mais de setenta e sete crianças em cada mil), caindo para 24,3‰, em 1980 e, em 2001, para 5,0‰. Em 2004, cifrou-se abaixo dos 5%, colocando Portugal no topo dos três países em todo o mundo com menos mortes de crianças até um ano.

Quanto aos padrinhos a escolha é variada e não difere grandemente do que hoje sucede: servem os avós, os tios e tias; os padres são muito solicitados bem como as irmãs destes; os filhos dos caseiros recorrem muitas vezes aos senhorios, como acontecia com as pessoas que habitavam Cimo de Vila relativamente às crianças nascidas na Laje, Tapado, Oliveiras e Vinha, cujas quintas deviam andar na posse da família.

B) OS CLÉRIGOS EM VILA CAIZ

Para além dos padres que registaram os baptismos, de que se destaca o Padre, natural de Vila Caiz, Constantino Moreira Ferraz

e os seus coadjutores, os Assentos de Baptismo[14], referem a presença de vários outros tonsurados nesta freguesia.
A título de exemplo refira-se:
a) Padre José de Carvalho, natural de Coura.
b) Padre Luís Sousa, que apadrinhou várias crianças em Vila Caiz (baptizou Luís, na Quebrada e a Violante, na Vinha).
c) Padre Luís Ribeiro de Aguiar, natural de Vila Caiz, colocado em Constance.
d) Padre José Pinto, natural de Vila Caiz que baptizou José, filho de João Couto de Coura, em 31.10.1784.
e) Padre José Pinto de Magalhães, natural de Coura, presumindo-se que se não trate do mesmo referido anteriormente.
f) Padre Manuel Pereira Menezes, natural de Vila Caiz, residente em Cimo de Vila.
g) Padre José de Magalhães, também de Cimo de Vila, que «assistia em Cepeda»[15].

CAP VIII
A MOBILIDADE

Num país carente de meios de comunicação, constata-se que a mobilidade de pessoas era diminuta. As grandes obras do Fontismo (de Fontes Pereira de Melo) haveriam de acontecer bastante mais tarde, com a construção acentuada de estradas e dos caminhos-de-ferro.

Sendo uma sociedade fechada, é natural que a maior parte dos casamentos acontecessem entre pessoas residentes na freguesia de Vila Caiz. Os outros, relativamente diminutos, ocorriam entre pessoas de terras vizinhas dos actuais concelhos de Amarante (S. Veríssimo, Madalena, Fregim, Telões, Mancelos e Louredo); do Marco de Canavezes (sobretudo Santo Isidoro, Várzea e

[14] Os assentos de baptismo eram feitos em livro próprio, havendo um outro para os casamentos e outro para os óbitos. O dos óbitos principiava assim: «faleceu da vida presente» …
Algum abade mais zeloso de Vila Caiz encapou alguns desses livros com iluminuras que ainda hoje se encontram preservadas e constituem uma preciosidade, guardada nos Arquivos Nacionais.
[15] Referência de um assento de baptismo.

Carvalhosa), Lousada, Celorico de Basto (S. Bartolomeu do Rego).
Singular é o casamento dos titulares, à altura, da Casa Nobre de "Cimo de Vila" o capitão Manuel Sousa Barbosa, natural de Vila Caiz e de D. Maria de Magalhães e Menezes, natural de Valdigem, em Lamego e que merece um estudo à parte.

CAP IX
UM CASO ESPECIAL: «A CASA DE CIMO DE VILA»

Ressalta com impressiva nitidez, dos Registos, a importância da Casa de Cimo de Vila no contexto local, embora já a ela faça referência o Foral Novo dado por El Rei D Manuel I, em 1513. E a tradição oral dava-a como sendo o local onde funcionou o tribunal, a cadeia e outros serviços administrativos do Concelho de Vila Caiz, extinto em 1835 e que, a partir de então, passou a integrar plenamente o de Santa Cruz de Ribatâmega. Ali viveu e morreu, também, o último capitão-mor deste Concelho, Bento Correia.
A «Casa Mãe de Cimo de Vila» é, desde 2006, propriedade do José Barbosa Vieira, que a demoliu e a restaurou quase por completo, mantendo-lhe, porém, inalterável a traça da fachada principal, virada a norte.
Adquiriu-a este vilacaízense, engenheiro civil, empresário de sucesso e professor universitário, aos herdeiros do professor António Aguiar e D. Dores Pereira de Magalhães.
Na posse desta família Magalhães andava a propriedade da Casa e suas quintas desde há centenas de anos.
Com efeito, foram seus titulares:
Alexandre Pereira de Magalhães (pai da referida Dores, de António, Ana, Maria Cândida e Lídia) nascido na Casa de Cimo de Vila em 7.2.1882 e baptizado pelas nove horas do dia seguinte. Era filho de Joaquim Pereira de Magalhães, natural de Vila Caiz e de Lídia Alexandrina de Magalhães, natural de Sacramento, Rio de Janeiro[16] e neto paterno de António Pereira Ferraz e de

[16] Sacramento, no Rio de Janeiro, reclama o privilégio de ter tido a primeira pia baptismal em território brasileiro.

Franscisca Magalhães, à altura (1882) proprietária da Casa da Laje, em Vila Caiz. De avô materno incógnito foi sua avó materna Antera Theodolinda Magalhães, proprietária da Casa da Vinha, à mesma data.
Foram seus padrinhos Vitorino Ferreira de Magalhães, da Casa dos Matos e D. Maria Amélia Rebelo Aguiar, da Casa da Ametade, ambos solteiros.
Em medos do século XVIII, andava a Casa na posse do Capitão Manuel Sousa Barbosa e de sua mulher Maria Inês de Magalhães Menezes.
Frequentemente se referem os Registos à casa de Cimo de Vila e às pessoas que ali nasceram ou viveram.
Este casal houve, pelo menos, os seguintes filhos: Caetano Barbosa de Magalhães, Felícia, Ana e Manuel, os quais são chamados frequentemente a intervir, mais tarde, eles próprios como testemunhas (padrinhos) de baptismo em diversas cerimónias.
Assim, em 27.1.1780 aquele Caetano e irmã Felícia baptizam uma criança do Tapado a quem foi posto o nome de Feliciano; em Maio, no dia 23, voltam a apadrinhar uma Tomásia, filha de um Luís Vieira, do Tapado. Em 1 de Junho de 1784 aquele Caetano e sua mulher baptizam Libório, nascido na Vinha.
A Felícia voltou à pia baptismal em 15.3.1785, agora com o seu irmão Manuel Pereira Menezes para baptizar Rodrigo, das Oliveiras. E voltam a fazê-lo em 12 de Novembro de 1789, apadrinhando um moço nascido nas Oliveiras, a foi posto o nome de Martinho(e em cujo nome deve ter sido determinante o nascimento no dia do celebrado Santo).
O mesmo Caetano baptizou em 14 de Fevereiro de 1792 uma neta de Jerónimo Pereira, das Oliveiras.
Aliás, a referência maior é justamente a este Caetano que deve ter sucedido a seu pai na titularidade da Casa, e a sua mulher, Maria Antónia Gouveia Coutinho, natural de Valdigem em Lamego. Com efeito, este casal teve seis filhos entre 1786 e 1796.[17]

[17] Não está excluída, obviamente, a possibilidade de terem tido mais filhos antes de 1755 ou depois de 1800.

Há também notícia de pelo menos dois sacerdotes com origens na Casa: o padres Manuel Pereira Menezes e José de Magalhães, sendo que este «assistia em Cepeda»[18].
Porventura, porém, o que indicia a maior importância da família é o facto de os abades, nos seus registos de baptismo, fazerem preceder o nome das madrinhas provenientes de Cimo de Vila, ou das crianças ali nascidas, do título honorífico de «Dona». É assim que estão registadas, por exemplo, as filhas do aludido Caetano: D. Ana, D. Maria José, D. Florência.
Posto que tal distinção só contemple o género feminino, o certo é que, tal axiónimo não encontra paralelo em qualquer outra família, nos vinte e cinco anos analisados.

INTRODUÇÃO

CAP. I – Os registos Paroquiais de Baptismo

CAP. II – Nascimentos:
a) Por número, género e ano
b) Por lugares
c) Por meses de maior percentagem de nascimentos
d) A fertilidade

CAP. III – A Economia

CAP. IV – Os Topónimos

[18] Referência de um assento de baptismo.

CAP. V – Nomes e Sobrenomes

CAP. VI – Os filhos de pais incógnitos, os abandonados, enjeitados ou expostos na «Roda»

a) Incógnitos
b) Abandonados, Enjeitados ou expostos na Roda

CAP. VII – Outros dados sócio-religiosos
a) Os Baptismos
b) Os Clérigos em Vila Caiz

CAP. VIII

CAP. IX
Um Caso especial: A Casa de Cimo de Vila